



Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes

Technical and Scientific Journal Green Cities

ISSN 2317-8604 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 46, 2025

Ilhas Militares – uma análise cartográfica sobre as áreas militares da cidade do Rio de Janeiro

Isabela Reis Paredes

Mestranda, PROURB-UFRJ, Brasil

isabela.paredes@fau.ufrj.br

ORCID 0009-0009-0844-7679

Claudia de Freitas Escarlate

Professora Mestre, DAU-PUC-Rio, Brasil

claudiaescarlate@puc-rio.br

ORCID 0009-0003-0728-8772

Pedro Henrique Évora Amaral

Professor Mestre, DAU-PUC-Rio, Brasil

evora@puc-rio.br

ORCID 0009-0003-6790-8427



Ilhas Militares – uma análise cartográfica sobre as áreas militares da cidade do Rio de Janeiro

RESUMO

Objetivo - O presente trabalho pretende investigar o impacto urbanístico e paisagístico da extensiva presença militar na cidade do Rio de Janeiro através do estudo do fenômeno das Ilhas Militares Cariocas: territórios do município do Rio de Janeiro sob gestão ou tutela das Forças Armadas que se encontram separados física ou simbolicamente da paisagem da cidade.

Metodologia – Utilizando uma abordagem qualitativa e quantitativa, o estudo se desenvolve a partir de uma pesquisa cartográfica crítica e interpretativa, que inclui análises espaciais (densidade, cobertura vegetal/natural e área construída) somadas a experimentações gráficas e hipotéticas.

Originalidade/relevância – A análise da presença das Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro sob a perspectiva do urbanismo e da paisagem, é ainda pouco explorada pela literatura acadêmica e se afasta dos tradicionais enfoques históricos, militares ou geopolíticos. O tema tem sua relevância devido às escalas, às complexidades e ao alto valor urbano e paisagístico das áreas ocupadas pelas Forças Armadas, podendo ainda se estender a outras cidades brasileiras com equipamentos militares.

Resultados – Como resultado, a pesquisa identificou que as áreas militares cariocas se destacam e se distinguem dos seus entornos, apresentando dados urbanísticos e configurações espaciais diferenciadas, graças à forma de ocupação urbana militar. A análise também identificou que a gestão militar configura às suas áreas uma valorização e uma potencialidade em relação aos seus entornos, tornando-as pontos estratégicos para o planejamento urbano.

Contribuições teóricas/metodológicas – A pesquisa contribui para os campos do urbanismo e da paisagem ao apresentar o conceito de “ilhas militares” para compreender enclaves urbanos sob tutela das Forças Armadas e ao avançar no debate sobre a atuação das instituições autossegregadoras na conformação da malha e da paisagem urbana. Além disso, explora o uso da cartografia de forma investigativa e experimental, permitindo novas leituras críticas e comparativas e a criação de cenários hipotéticos, ampliando as possibilidades de investigação nos campos do urbanismo e da paisagem.

Contribuições sociais e ambientais – O estudo oferece contribuições sociais e ambientais, ao refletir criticamente sobre a segregação e os valores dos espaços públicos institucionais. Ademais, aponta a necessidade de revisão e de debates públicos e acadêmicos quanto ao papel que as áreas militares desempenham e podem desempenhar para a construção da cidade contemporânea, de modo que os seus potenciais ambientais e patrimoniais sejam usufruídos de forma consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas Militares. Rio de Janeiro. Enclaves.

Military Islands – A Cartographic Analysis of the Military Areas in the City of Rio de Janeiro

ABSTRACT

Objective – This paper aims to investigate the urbanistic and landscape impacts of the extensive military presence in the city of Rio de Janeiro through the study of the phenomenon of the *Military Islands of Rio de Janeiro*: territories within the municipality under the management or tutelage of the Armed Forces, physically or symbolically separated from the city's landscape.

Methodology – The study adopts a qualitative and quantitative approach, developed through a critical and interpretive cartographic research process, which includes spatial analyses (density, vegetation/natural cover, and built-up area) combined with graphic and hypothetical experiments.

Originality/Relevance – The study examines the presence of the Armed Forces in the city of Rio de Janeiro from the perspectives of urbanism and landscape, an approach still scarcely explored in academic literature and distinct from traditional historical, military, or geopolitical analyses. The theme's relevance lies in the scales, complexities, and high



urban and landscape value of the areas occupied by the Armed Forces, as well as in the potential to extend this line of research to other Brazilian cities with military facilities.

Results – As a result, the research identified that Rio de Janeiro's military areas stand out and diverge from their surroundings, presenting distinct urban data and spatial configurations shaped by the military mode of urban occupation. The analysis also revealed that military management confers value and potential to these areas in relation to their contexts, making them strategic points for urban planning.

Theoretical/Methodological Contributions – The research contributes to the fields of urbanism and landscape by introducing the concept of "military islands" to understand urban enclaves under the tutelage of the Armed Forces, while advancing the debate on the role of self-segregating institutions in shaping the city's fabric and landscape. Furthermore, it explores cartography in an investigative and experimental manner, enabling new critical and comparative readings and the creation of hypothetical scenarios, broadening the possibilities of inquiry in urbanism and landscape studies.

Social and Environmental Contributions – The study offers social and environmental contributions by critically reflecting on segregation and the values of institutional public spaces. Additionally, it highlights the need for review and for public and academic debates on the roles military areas play, and can play, in shaping the contemporary city, ensuring that their environmental and heritage potentials are responsibly integrated and made accessible to society.

KEYWORDS: Military Areas. Rio de Janeiro. Enclaves.

Islas Militares – un análisis cartográfico sobre las áreas militares de la ciudad de Río de Janeiro

RESUMEN

Objetivo – El presente trabajo pretende investigar el impacto urbanístico y paisajístico de la extensa presencia militar en la ciudad de Río de Janeiro a través del estudio del fenómeno de las Islas Militares Cariocas: territorios del municipio de Río de Janeiro bajo gestión o tutela de las Fuerzas Armadas que se encuentran separados física o simbólicamente del paisaje de la ciudad.

Metodología – El estudio adopta un enfoque cualitativo y cuantitativo, desarrollado a partir de una investigación cartográfica crítica e interpretativa, que incluye análisis espaciales (densidad, cobertura vegetal/natural y área construida) sumados a experimentaciones gráficas e hipotéticas.

Originalidad/Relevancia – El estudio analiza la presencia de las Fuerzas Armadas en la ciudad de Río de Janeiro desde los campos del urbanismo y del paisaje, una perspectiva todavía poco explorada en la literatura académica y que se distancia de los enfoques tradicionales de carácter histórico, militar o geopolítico. El tema adquiere relevancia por las escalas, las complejidades y el alto valor urbano y paisajístico de las áreas ocupadas por las Fuerzas Armadas, así como por la posibilidad de continuar este tipo de estudios en otras ciudades brasileñas con equipamientos militares.

Resultados – Como resultado, la investigación identificó que las áreas militares cariocas se destacan y se diferencian de sus entornos, presentando datos urbanísticos y configuraciones espaciales particulares, debido a la forma de ocupación urbana militar. El análisis también reveló que la gestión militar otorga a estas áreas un valor y una potencialidad en relación con sus entornos, convirtiéndolas en puntos estratégicos para la planificación urbana.

Contribuciones teóricas/metodológicas – La investigación contribuye a los campos del urbanismo y del paisaje al presentar el concepto de "islas militares" para comprender enclaves urbanos bajo tutela de las Fuerzas Armadas y al avanzar en el debate sobre la actuación de instituciones auto-segregadoras en la conformación de la trama y del paisaje urbano. Además, explora el uso de la cartografía de forma investigativa y experimental, permitiendo nuevas lecturas críticas y comparativas y la creación de escenarios hipotéticos, ampliando las posibilidades de investigación en los campos del urbanismo y del paisaje.

Contribuciones sociales y ambientales – El estudio ofrece contribuciones sociales y ambientales al reflexionar críticamente sobre la segregación y los valores de los espacios públicos institucionales. Asimismo, señala la necesidad de revisión y de debates públicos y académicos sobre los roles que las áreas militares desempeñan y pueden



Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes
Technical and Scientific Journal Green Cities

ISSN 2317-8604 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 46, 2025

desempeñar en la construcción de la ciudad contemporánea, de manera que sus potenciales ambientales y patrimoniales sean aprovechados de forma consciente.

PALABRAS CLAVE: Áreas Militares. Río de Janeiro. Enclaves.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa investigar o fenômeno das **Ilhas Militares Cariocas**: territórios do município do Rio de Janeiro sob gestão ou tutela das Forças Armadas que se encontram separados física ou simbolicamente da paisagem da cidade.

De 1763 a 1960, o município do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil, tornando-se um ponto estratégico na geopolítica nacional, além de um importante polo econômico, cultural e turístico do país. Como consequência, a cidade teve a sua evolução urbana marcada pela forte presença militar que, hoje, se reflete na quantidade e na extensão dos territórios urbanos sob gestão ou tutela das Forças Armadas que moldam o espaço urbano.

Essas áreas, devido às suas magnitudes territoriais, suas gestões e configurações específicas e, principalmente, pela tendência à autossegregação espacial, muitas vezes aparecem como “figuras de exceção” (Corrêa, 2021) na trama urbana: são porções da cidade que, embora fisicamente presentes, se mantêm ausentes do cotidiano e da percepção dos cidadãos.

A partir do uso da cartografia como método de análise, este trabalho busca identificar características da forma de ocupação urbana militar que destacam essas áreas dos seus entornos e que contribuem para a leitura desses espaços como “ilhas” na malha urbana. Almeja-se, ainda, compreender como a presença militar contribui para a valorização dessas áreas em comparação com os seus entornos, assim como ampliar o debate sobre a extensiva presença militar no município e incentivar novas investigações acerca desse tema ainda pouco explorado no campo do urbanismo e da paisagem.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 As Áreas Militares no Rio de Janeiro

Fundada em 1565, a cidade do Rio de Janeiro teve a sua evolução urbana marcada pela forte presença militar, através de suas instituições e instalações, em razão da sua relevância na geopolítica brasileira, principalmente entre o século XVIII e a primeira metade do século XX, conforme afirma Fernandes (2006).

Acompanhando a evolução da cidade observamos o crescimento e diversidade dos espaços militarizados, que foram determinados, evidentemente, pelas possibilidades e necessidades do Estado nas diferentes conjunturas geopolíticas ao longo de quatro séculos (Pondé 1967, *apud* Fernandes, 2006).

Nos primeiros séculos, as construções militares limitavam-se a fortalezas, instaladas próximas à margem da Baía de Guanabara e incluídas na malha urbana, o que, segundo Corrêa-Martins (2011, p.5), refletia a dinâmica de ocupação e eliminação da presença estrangeira, usada pelas forças armadas portuguesas na fundação e expansão da cidade.



Figura 1 – Local da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na Fortaleza de São João, Urca, Rio de Janeiro, Brasil



Fonte: autores, 2024

Como as fortificações eram construídas conforme a necessidade, elas podiam crescer ou desaparecer com o tempo, mostrando que a presença militar no Rio de Janeiro sofreu variações temporais. Ainda assim, engenheiros militares se responsabilizavam pelo planejamento urbano da época, como, por exemplo, no desenvolvimento do Plano para a Organização da Repartição das Obras Municipais, feito pelo engenheiro militar Henrique de Beaurepaire- Rohan, e apresentado à Câmara Municipal em 1843, tornando-se o primeiro documento de organização formal da cidade do Rio de Janeiro, segundo Abascal (2008).

Em 1763, o Rio de Janeiro tornou-se capital do então Vice-Reino do Brasil, o que elevou o status político e econômico da cidade, convertendo-se em um ponto estratégico na geopolítica nacional e de tensões, no que tange à defesa nacional. O Exército e a Marinha brasileira são criados em 1822, com a independência do Brasil, separando-se das tropas portuguesas que compunham as Forças Armadas no período colonial.

No final do século XIX, a Guerra do Paraguai (1864–1870) e os conflitos internos que culminaram na Proclamação da República (1889) evidenciaram a “necessidade de reformulação e fortalecimento das Forças Armadas” (Corrêa-Martins, 2011, p.7). Segundo o geógrafo Nelson Fernandes (2006), o início do século XX foi marcado por uma conjuntura nacional e internacional beligerante, o que impulsionou o processo de modernização, ampliação e profissionalização dos aparatos militares brasileiros, especialmente das tropas localizadas na capital.

Nesse contexto, as fortificações existentes junto ao litoral carioca foram reforçadas, com a “[...] elaboração e posterior aperfeiçoamento de um novo sistema defensivo baseado em fortões de concreto e aço [...]” (Corrêa-Martins, 2011, p.7) que resultaram na construção dos fortões de Copacabana e Duque de Caxias, no Leme.

Contudo, as maiores transformações ocorreram nas paisagens do subúrbio carioca. A exigência de aumentar o efetivo militar, controlar o adestramento das tropas e de profissionalizar



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 46, 2025

os soldados levou à instituição do serviço militar obrigatório que, por sua vez, demandou a implementação “de quartéis higiênicos, confortáveis e campos de instrução.” (Fernandes, 2006). Para isso, conforme Bonates e Valença (2010), novas zonas militares foram criadas no subúrbio do então Distrito Federal, distantes do centro urbano, porém contíguas à malha urbana existente à época.

No caso do Exército, números fornecidos por Carvalho (2005:58) apontam que entre 1888 e 1920 seu efetivo na cidade passou de 1839 para 11 236 homens, aumentando em seis vezes. E naturalmente, esta expansão dos efetivos militares e suas respectivas atividades necessitaram de terrenos e infraestrutura para sua acomodação em uma escala bastante considerável (Fernandes, 2006).

Figura 2 – Vista Aérea da Vila Militar, Deodoro, Rio de Janeiro, 1944



Fonte: Coleção do Museu Aeroespacial, disponível em:

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/11771>. Acessado em 23 Jul 2025

As novas áreas militares foram implantadas, efetivamente, nas duas primeiras décadas do século XX e foram distribuídas entre a Marinha, o Exército e a nova Força Aérea Brasileira, criada em 1941. Elas passaram a ocupar grandes contingentes de terra para atender a todas as novas demandas dos estabelecimentos militares, desde moradia ao treinamento diário do seu efetivo, de acordo com Corrêa-Martins (2011, p.15). A Vila Militar, localizada na Zona Oeste do município, é um dos principais exemplos da ocupação das Forças Armadas após a modernização, reunindo em um único território - com a extensão de um bairro - de habitações unifamiliares a uma Base Aérea da Aeronáutica (Campo dos Afonsos).

O deslocamento para as periferias pode ser considerado a “gênese do movimento de autossegregação das áreas militares” (Bonates; Valença, 2010), ou seja, é o início da separação física e simbólica desses espaços, em relação à cidade e à sua paisagem.

[...] espaços institucionais que também foram implantados na periferia no mesmo período e cujo programa-base também se identifica com a ideia de isolamento. São eles equipamentos de saúde relacionados ao tratamento de doenças mentais ou infecciosas e áreas militares, do exército, da marinha ou da aeronáutica. (...) O sentido



de "fora", que remete à ideia de "extramuros", está relacionado a uma intenção de segregação de determinados programas da vida social urbana. O que estava sendo posto para fora era a "loucura", as doenças infecciosas e o aparato de defesa militar (Corrêa, 2021).

No entanto, segundo Corrêa (2021), da metade do século XIX em diante, ocorre o processo descontínuo e fragmentário de expansão da trama urbana em direção ao subúrbio, acompanhando, em grande medida, a malha ferroviária também em expansão. Nesse contexto, as áreas militares - identificados pela autora como "enclaves institucionais" – consolidaram os seus limites em meio à expansão, o que gerou "a preservação de um vazio, seja ele uma área verde ou apenas uma figura na qual predomina o não edificado" (Corrêa, 2021), formando figuras excepcionais na trama da cidade.

Em 1960, a transferência da capital para Brasília redefiniu a posição do Rio de Janeiro na geopolítica nacional. Contudo, durante a ditadura militar (1964-1985), a cidade permaneceu como um dos principais focos de tensão. Nesse contexto, áreas militares — como, por exemplo, os fortões históricos —, foram progressivamente fechadas à população civil por cerca de três décadas (BOTELHO, 2016, p. 3), reforçando o distanciamento físico e simbólico desses espaços em relação à cidade. Segundo Aguiar e Lissovsky (2014), a Universidade Federal de Minas Gerais identificou 16 locais de encarceramento e tortura de presos políticos no Rio de Janeiro, alguns deles em instalações militares, o que contribuiu para a consolidação da percepção dessas áreas como enclaves.

Durante esse período, paralelamente, teve início o deslocamento de unidades operacionais para outras regiões do país, reduzindo as funções defensivas das áreas militares cariocas, embora sua presença física continuasse marcante no tecido urbano. Desde então, observa-se uma tendência de revisão de usos e de cessão de parte desses territórios, apontando para a possibilidade de novas funções e reintegrações ao espaço urbano.

Todas as fortificações, que estavam ativas no início dos anos 1960, hoje foram transformadas, pois que sua função militar se esgotara. O Forte de Copacabana tornou-se um museu, o Forte Duque de Caxias em uma escola militar e espaço ecoturístico, e o Forte da Lage foi destinado à pesquisa. As "Áreas de Segurança" acabaram por se tornar áreas de preservação ambiental. O exército terminou por reconhecer o "domínio" do Pão de Açúcar pela prefeitura, mas conservou o controle do Morro da Babilônia, por ali existirem residências ocupadas por militares (Corrêa-Martins, 2011, p.13).

2.2 Formas de ocupação militar

As áreas sob gestão ou tutela militar configuram bens públicos pertencentes à União que são cedidos a uma das esferas das Forças Armadas - Exército, Marinha e Força Aérea, por meio da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A partir dessa cessão, elas passam a ser geridas pelas suas respectivas instituições militares, que se organizam em estruturas administrativas e físicas próprias. Como aponta Yamamoto (2020, p.89): "Cada Instituição possui formas de organização próprias para atingir suas finalidades precípuas."



Portanto, as áreas militares têm suas “lógicas espaciais subordinadas aos interesses e objetivos específicos das instituições militares” (Fernandes, 2006). Com isso, seus desenhos passam a seguir diretrizes urbanas condizentes com os valores das Forças Armadas. Traços como “homogeneidade, autoridade, disciplina, eficiência e probidade” (Bonates e Valença, 2010), hoje, resultaram em uma forma urbanística militar própria, que se distingue da cidade civil.

Afora as diferenças formais, as áreas militares são caracterizadas pela autossegregação física e simbólica. Esses espaços apresentam uma “tendência de enclausuramento, com a privatização de espaços públicos (como ruas e equipamentos coletivos)” (Bonates; Valença, 2010), e essa estratégia espacial serve para:

(...) própria defesa (agrupamento que permite uma maior proteção estratégica, social e funcional aos militares), o melhor funcionamento da Corporação (acessibilidade, proximidade, controle e disciplina do efetivo militar que favorece a eficiência no trabalho) e a preservação e a ostentação de sua posição na sociedade (Bonates; Valença, 2010).

Figura 3 – Imagem do muro da Área Militar da Aeronáutica, em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro



Fonte: Google Street View. Imagem capturada em jun. 2019

A separação física entre as áreas militares e a cidade é demarcada por muros, cercas, cancelas e sinalizações que, segundo Bonates e Valença (2010), transformam esses enclaves em marcos no contexto urbano e, simultaneamente, dificultam o olhar, o acesso e a fruição urbana, gerando “espaços fechados ao uso e ao conhecimento da maior parte de seus cidadãos” (Fernandes, 2006), configurando lacunas na paisagem urbana.

Essas áreas funcionam como elementos à parte da cidade, em função das suas gestões próprias, dos seus usos exclusivos e excludentes e dos seus enclausuramentos. Ao mesmo tempo, esses espaços se destacam por terem sido “resguardados do intenso parcelamento do solo promovido pela urbanização” (Corrêa, 2021) e por resistirem ou permanecerem “quase imunes às pressões do mercado imobiliário” (Bonates; Valença, 2010).



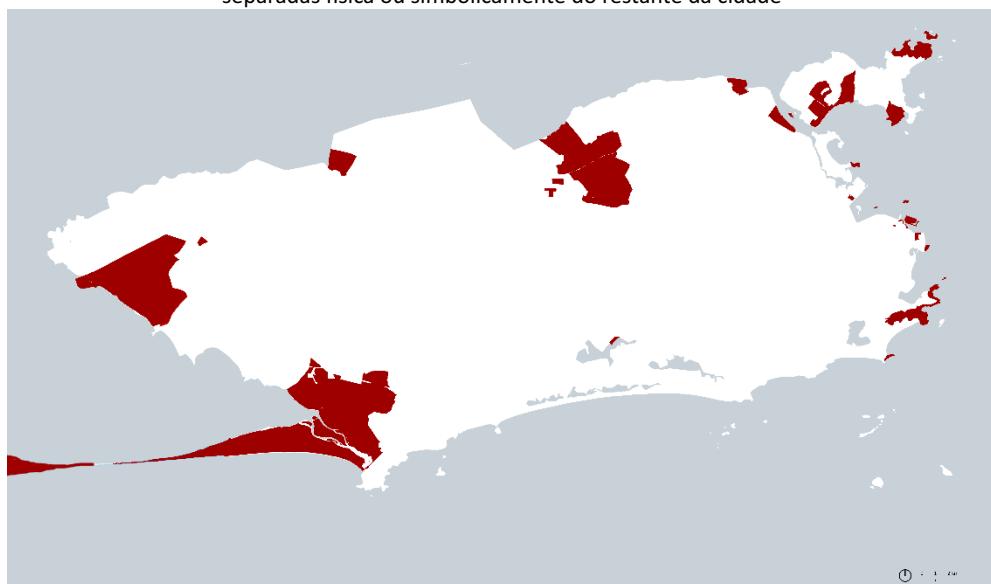
Por essas razões, as áreas militares podem ser lidas como ilhas desconexas dos contextos em que se encontram, rompendo a malha e a paisagem urbana carioca: são ilhas de resistência às invasões externas e internas.

A mancha urbana do Rio que já é bastante extensa e descontínua, em razão da presença dos Maciços da Tijuca e da Pedra Branca, se expande e se fragmenta ainda mais por força desses espaços militares que excluem ou não podem conviver com outras formas de uso e ocupação do solo (Fernandes, 2006).

3 OBJETIVO

O presente artigo pretende investigar as “ilhas militares” cariocas: territórios do município do Rio de Janeiro sob gestão ou tutela das Forças Armadas que se encontram separadas, física ou simbolicamente, do restante da cidade.

Figura 4 – Territórios do município do Rio de Janeiro sob gestão ou tutela das Forças Armadas que se encontram separadas física ou simbolicamente do restante da cidade



Fonte: Mapa produzido pelos autores a partir de dados fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro¹

A partir de uma pesquisa cartográfica das áreas militares do Rio de Janeiro, busca-se evidenciar dados e características urbanas que testemunhem o contraste entre esses espaços e seus entornos, enfatizando a condição de insularidade — isto é, a leitura das áreas militares

¹ Mapa de Zoneamento da Cidade do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro; Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2017 - Prefeitura do Rio de Janeiro; Mapa de Usos do Solo da Cidade do Rio de Janeiro, 2017 - Instituto Pereira Passos; Áreas sob Proteção Ambiental no Rio de Janeiro, 2018 - Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente



como “ilhas” no tecido urbano, para além das barreiras físicas que as delimitam. Pretende-se, assim, compreender os principais efeitos da presença militar sobre extensos territórios da cidade e sobre a conformação de sua paisagem.

A ideia é ampliar o debate sobre as áreas militares cariocas no contexto acadêmico, incentivar novas investigações sobre esse tema ainda pouco explorado nos campos do urbanismo e da paisagem e contribuir para a disseminação do conhecimento acerca desses espaços de elevada relevância urbana e paisagística.

4 CARTOGRAFIA COMO MÉTODO

A cartografia foi escolhida como método por possibilitar a visualização e a comparação dos dados levantados, permitindo interpretar, de forma gráfica, a insularidade das áreas militares. Além disso, é relevante destacar que, segundo Harley (1995), a cartografia é uma forma de poder e é considerada um importante conhecimento para as Forças Armadas, na medida em que “os mapas militares são uma engrenagem, pequena, mas vital na infraestrutura técnica do exército sobre o terreno” (Harley, 1995).

Nesse sentido, o emprego da cartografia aspira reverter essa lógica de controle, explorando criticamente as áreas militares e propiciando novas leituras gráficas de territórios que, por muito tempo, foram representados e apropriados segundo interesses militares.

Primeiramente, foram produzidos mapas de representação tradicional do município do Rio de Janeiro, com as áreas militares em destaque. Neles, foram analisados três eixos principais: densidade demográfica, cobertura vegetal/natural e densidade construída. Esta perspectiva permite a comparação visual entre os territórios militares e o restante da cidade, denotando contrastes e especificidades.

Assim, conforme argumenta o arquiteto paisagista James Corner (1999), pretende-se, por meio da cartografia, não somente a reprodução do território e o acúmulo indiscriminado de dados, mas a descoberta de realidades antes não percebidas ou imaginadas, revelando complexidades, contradições e os potenciais dessas paisagens.

Após as análises em escala municipal, o estudo também se valeu de experimentações gráficas, ao associar a cartografia à técnica da colagem, criando um cenário hipotético das áreas militares. Esta etapa teve como objetivo evidenciar questões sobre os diversos valores urbanísticos e paisagísticos dessas áreas e sobre os efeitos da extensiva presença militar no município.

A partir disso, a análise aproxima-se do conceito de “Recartografias”, proposto por Bieke Cattoor e Chris Perkins (2014), que consiste em uma pesquisa cartográfica diferente das tradicionais, por serem tentativas especulativas de construir novas representações dos espaços e por construir “alternativas, ao mesmo tempo em que desconstroem ortodoxias” (Cattoor; Perkins, 2014, p.176, tradução nossa).



Ao tratar essas técnicas cartográficas de longa data como dispositivos narrativos que podem ser moldados ou até mesmo radicalmente reconceitualizados, as recartografias apresentam um conceito diferente de lugar, desafiam as visualizações acadêmicas especializadas aceitas e questionam a cartografia cotidiana padronizada (Cattoor; Perkins, 2014, p.176, tradução nossa).

5 MAPAS DE ANÁLISE

Foram elaborados quatro mapas analíticos, voltados a demonstrar os efeitos da ocupação militar sobre o espaço urbano e a paisagem do Rio de Janeiro.

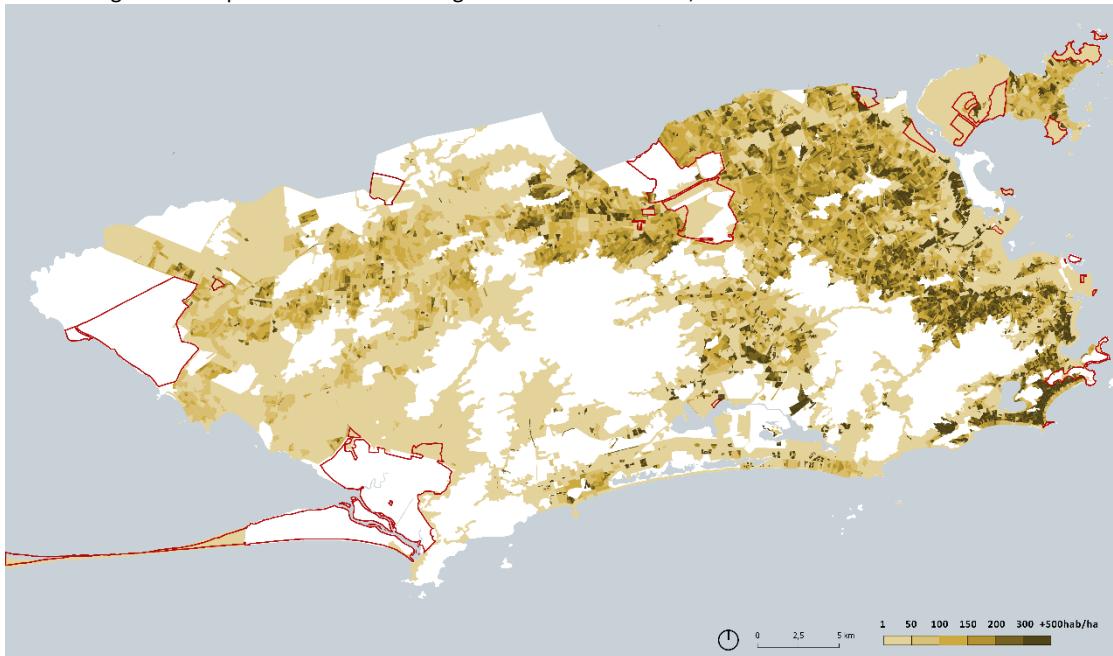
Nos mapas em escala municipal, destacam-se os contrastes entre as áreas militares e seus entornos, que variam em intensidade conforme a localização e a forma de ocupação. No mapa conceitual, propõe-se a criação de uma “Super Ilha Militar”, que reúne graficamente todos os territórios militares do município. Para dimensionar sua extensão, esta ilha fictícia foi comparada com a Ilha do Fundão (localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, Brasil), possibilitando a visualização da magnitude territorial que as áreas militares representam no conjunto da cidade.

Esses mapas, portanto, não apenas sistematizam dados quantitativos, mas também funcionam como instrumentos críticos e interpretativos, capazes de provocar novas leituras sobre a presença militar no espaço urbano carioca.



5.1 Densidade Demográfica

Figura 5 – Mapa de Densidade Demográfica no Rio de Janeiro, com as Áreas Militares destacadas



Fonte: Mapa feito pelos autores, com dados de Densidade Demográfica disponibilizada pelo Censo do IBGE, 2010

As áreas militares modernas, por razões de segurança e de controle funcional, apresentam baixa densidade populacional. Em 2010, segundo um levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, bairros como a Vila Militar, Santa Cruz e Galeão possuíam menos de 20 habitantes por hectare², enquanto, na cidade do Rio de Janeiro, a média era de 53 habitantes por hectare³.

Com a modernização das Forças Armadas, as áreas militares passaram a oferecer moradia para os seus efetivos para mantê-los próximos aos postos de trabalho, prezando pela funcionalidade e eficiência da corporação. Para isso, segundo Bonates e Valença (2010), construíram os alojamentos e as Vilas Militares próximas às suas infraestruturas, exclusivamente para os membros das Forças Armadas e seus familiares, reunindo uma classe corporativo-funcional única.

Os autores afirmam que as vilas possuem “unidades habitacionais do tipo unifamiliar, dispostas em lotes individuais e divididas por muros baixos, ou do tipo multifamiliar, dispostas em blocos” (Bonates; Valença, 2010), que são distribuídas entre os membros das corporações conforme a hierarquia militar.

Além da organização e da proximidade, as Vilas Militares exercem uma função disciplinar sobre os seus moradores. Fernandes (2006) assinala que, tais organizações se

² Informações fornecidas pelo IBGE (Dados Agregados dos setores censitários do Censo Demográfico 2010), PCRJ (Base de Dados Geográfica 2013) e SMU (Sistema de Licenciamento – SISLIC).

³ Informações fornecidas pelo IBGE (Resultados do Censo 2010).



enquadram no conceito de “instituições totais”, de Erving Goffman, na medida em que elas têm uma clara função de regulação do cotidiano dos seus moradores e que “chega a exigir uma radical transformação da personalidade”, impondo-lhes padrões de comportamento e valores que moldam identidades específicas.

Esse regime de controle interno limita o acesso a moradores civis que não estejam vinculados a tais instituições, o que resulta em densidades populacionais abaixo da média urbana carioca. Ademais, esses traços “exercem um papel simbólico significativo, demarcando, no território da região e da cidade, os espaços próprios dessa Corporação estratégica” (Bonates; Valença, 2010), o que reforça a separação e o isolamento desses territórios em relação aos seus entornos.

“Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente” (Carvalho, op. cit.: 13). Usando as palavras de Carvalho, é possível formular a questão de como os militares construíram a sua autonomia no “meio-ambiente” do Rio de Janeiro, como os seus espaços foram estrategicamente construídos para as suas finalidade e projetos (Fernandes, 2006).

5.2 Cobertura Vegetal / Natural

Figura 6 – Mapa de Cobertura Vegetal Natural, com as Áreas Militares destacadas



Fonte: Mapa feito pelos autores, a partir de dados disponibilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.⁴

Outro traço relevante da forma urbanística militar é o forte caráter preservacionista e a priorização da qualidade ambiental dos seus loteamentos. Segundo Bonates (2016, p.164), a ocupação militar moderna, especialmente das vilas destinadas a moradias, prezava pela higiene, salubridade e amplas áreas verdes. O paisagismo tinha como função o embelezamento das

⁴ Conjunto de Dados - Usos do Solo, 2018, disponibilizado pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Disponível em <<https://www.data.rio/datasets/PCRJ::uso-do-solo-2018/about>>. Acessado em 29 Jul 2025.



infraestruturas militares, deixando-as “aprazíveis” (Bonates, 2016, p. 158), o que justifica o elevado índice de cobertura vegetal/natural dentro dessas áreas⁵.

No entanto, as extensas manchas verdes presentes dentro de territórios militares se devem, principalmente, ao fato de que, durante a expansão para o interior do município, as novas infraestruturas militares, como a de Guaratiba e a da Cacuia, na Ilha do Governador, passaram a ocupar importantes trechos de cobertura vegetal natural, como florestas tropicais, mangues e restingas. Já as antigas fortificações, junto à Baía de Guanabara e ao litoral, salvaguardaram praias, como a praia do Diabo, em Copacabana, e a praia do Forte, na Urca. As Forças Armadas também passaram a tutelar e auxiliar no reflorestamento de importantes áreas de preservação estabelecidas nas proximidades da Fortaleza de São João, na Urca, e do Forte Duque de Caxias, no Leme, como a APA dos morros do Leme, Urubu e Ilha de Cotunduba, como divulgado pelo Exército Brasileiro (2025).

A origem da Área de Proteção Ambiental do Leme (APA/LEME) foi uma providência importante para a preservação da área, que corresponde a 28 hectares de Mata Atlântica sob responsabilidade do [Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias] (CEP/FDC). A criação ocorreu pelo Decreto Municipal n.º 9.717, de 12 de novembro de 1990.⁶

A partir disso, a proteção ambiental passou a integrar os compromissos institucionais das Forças Armadas - especialmente do Exército Brasileiro, conforme declara o Ministério da Defesa:

É natural, portanto, que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas desempenhem um papel de protagonismo na proteção do meio ambiente, estabelecendo normas e fiscalizando a sua devida execução, promovendo boas práticas por todas as unidades militares e oferecendo qualificação profissional adequada. O Brasil é marcado por riquezas naturais diversificadas e cabe à Defesa não apenas proteger esse patrimônio, mas ajudar na sua preservação como tarefa inerente ao trabalho das Forças (Brasil, 2019, p.6).

Nesse contexto, as barreiras físicas e institucionais das Forças Armadas mantiveram e mantêm esses ecossistemas íntegros em meio à expansão urbana carioca, como a Floresta do Camboatá, último vestígio de Mata Atlântica em terras planas do município.

A proteção feita pelo Exército Brasileiro deste peculiar fragmento florestal de Camboatá, no meio de um ambiente urbano densamente urbanizado e à beira da Avenida Brasil, é um fato notável. Pela ação do Exército, foram conservadas, até os dias atuais, amostras representativas da imensa biodiversidade que ocorria neste tipo ecossistema (Gribel; Haroldo, 2017).⁷

⁵ Fonte: Instituto Pereira Passos, 2018

⁶ Informações sobre a Área de Proteção Ambiental do Leme, publicados na página do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, do Exército Brasileiro, em 07/05/2025. Disponível em <<https://www.cep.eb.mil.br/preservar/reflorestamento?csrt=532071143302170826>>. Acessado em 25 Ago 2025.

⁷ GRIBEL, R.; LIMA, H. *Importância de Preservar a Floresta de Camboatá*, 2017. Disponível em: <<http://mosaico-carioca.blogspot.com/>>. Acesso em: 23 Jun. 2025



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 46, 2025

Figura 7 – Imagem de Satélite da Floresta do Camboatá, na Área Militar do Exército, em Deodoro, junto aos bairros de Guadalupe e Ricardo de Albuquerque, Zona Oeste do Rio de Janeiro

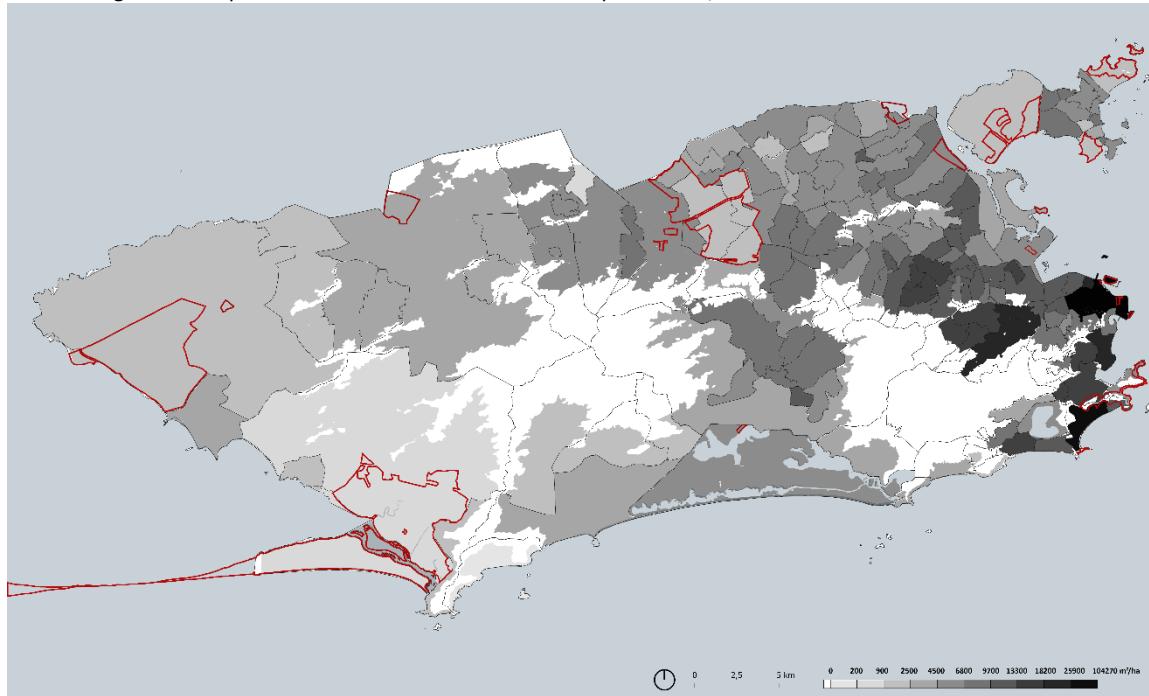


Fonte: Google Street View. Imagem capturada em jul. 2025. Intervenções dos autores

Como resultado, as áreas militares, hoje, apresentam um contraste em relação aos seus entornos no que tange à cobertura vegetal e riqueza de biodiversidade. Este contraste é notório, principalmente, nas zonas Norte e Oeste, onde as extensas áreas verdes militares fazem fronteira com áreas densamente construídas e escassas em espaços livres, formando verdadeiros oásis no meio da cidade.

5.3 Densidade de Área Construída – por bairro

Figura 8 – Mapa de Densidade de Área Construída - por Bairros, com as Áreas Militares destacadas



⁸ Fonte: Mapa feito pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

O mapeamento da densidade da área construída mostra que, em geral, os bairros que abrigam zonas militares possuem **baixa densidade construída**, sendo seis destes bairros - Cacuia (ilha do Governador), Vila Militar, Santa Cruz, Galeão, Guaratiba e Gericinó- pertencentes à lista dos dez bairros com menores densidades construídas da cidade, segundo o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, em 2013⁹.

A densidade construída das áreas militares pode variar conforme a época em que elas foram construídas. Como as comissões construtoras das áreas militares modernas construídas no início do século XX, como a Vila Militar, buscavam oferecer um modelo espacial que refletisse a modernização das corporações e que se opunha à cidade e à arquitetura colonial, essas áreas possuem configurações diferentes dos espaços militares construídos no período colonial. Estas novas infraestruturas, aponta Bonates (2016, p.164), ocuparam maiores contingentes de terra e tiveram uma urbanização baseada em ideais modernos, como princípios de higienismo e de

⁸ Informações retiradas do mapa “Densidade de Área Construída por Bairros – 2013” Fornecidas pela Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – CGPU. Disponível em <[http://www.sab.gov.br](#)>

<https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7720635/4211818/3.1.pdf>. Acessado em 03 Ago 2025.

⁹ Informações fornecidas pelo IBGE (Dados Agregados dos setores censitários do Censo Demográfico 2010), PCRJ (Base de Dados Geográfica 2013) e SMU (Sistema de Licenciamento – SISLIC).



circulação, o que atesta a influência da produção urbanística da época sobre as infraestruturas militares.

No entanto, é notável que as áreas militares pré-modernização ainda se configuram como espaços menos densos em meio à malha urbana saturada, visto que, assim como as áreas militares modernas, elas não foram produzidas sob a pressão do mercado imobiliário, o que permitiu um crescimento urbano controlado, com um parcelamento “mais benevolente, possuindo lotes maiores e mais áreas verdes” (Bonates; Valença, 2010).

As quadras também foram projetadas com alguns elementos inovadores para o contexto, como a tendência em não lotear todo o quarteirão, destinando-o com algumas áreas verdes. (...) É evidente que essa proposição só foi possível por se tratar de uma ação sem fins lucrativos para alojar um grupo profissional, diferentemente dos interesses que guiaram a produção rentista – isto é, o maior aproveitamento dos terrenos com a finalidade de se obter maior rentabilidade (Bonates, 2016, p.159).

Figura 9 – Imagem de Satélite da fronteira entre a Área Militar do Exército e da Aeronáutica, na Vila Militar, e bairro Magalhães Bastos, Zona Oeste do Rio de Janeiro



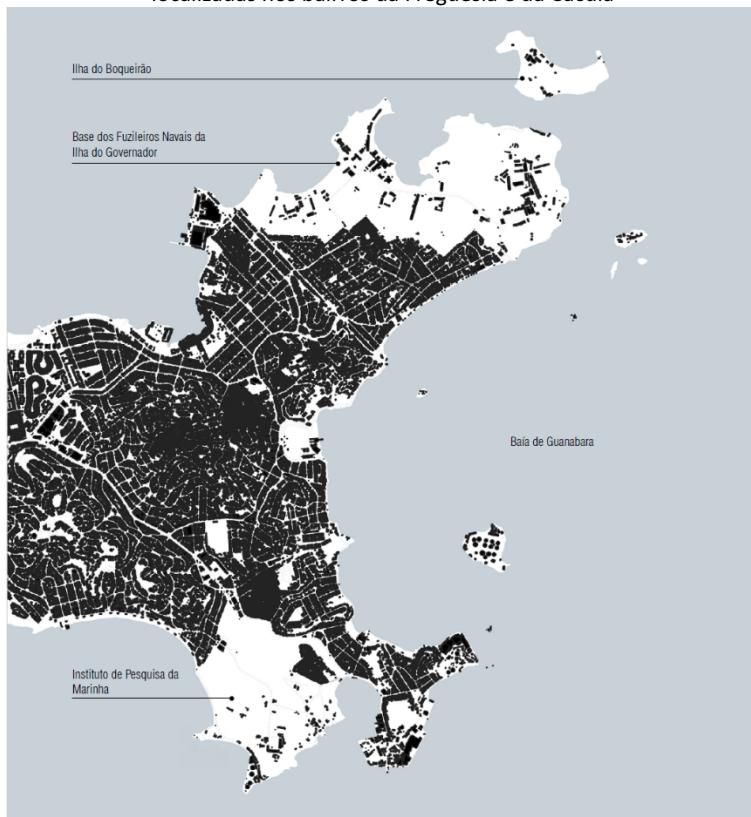
Fonte: Google Street View. Imagem capturada em jul. 2025. Intervenções dos autores

Ainda mais, por terem usos exclusivos e definidos pelas Forças Armadas, por sua função social de defesa e segurança nacional, conforme afirma Yamamoto (2020, p. 89), estas áreas não podem conviver com outro tipo de uso do solo. Nesse sentido, há uma limitação sobre o que pode ser construído nesses espaços e o propósito dessas construções, o que controla a produção de novas edificações.

Assim, em meio a um tecido urbano com regiões já saturadas, como Copacabana, cuja densidade construída alcança mais de 25.900 m²/ha, as áreas militares se notabilizam por serem respiros de espaços livres e baixa densidade, reforçando as imagens de enclaves e suas condições de exceção.



Figura 10 – Imagem figura e fundo da ponta Leste da Ilha do Governador, com as áreas militares da Marinha, localizadas nos bairros da Freguesia e da Cacuia



Fonte: Imagem feita pelos autores, a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro¹⁰

5.4 Super Ilha Militar

A análise crítica das áreas militares, sob a ótica dos três temas que evidenciam a insularidade dessas áreas - Densidade Demográfica, Cobertura Vegetal Natural e Densidade de Área Construída por Bairros, mostrou que há uma grande diversidade de espaços militarizados na cidade do Rio de Janeiro, com diferentes paisagens, configurações e modos de ocupação. Porém, ficou evidente que a gestão militar transferiu a todos esses espaços uma valorização e uma potencialidade em relação aos seus entornos, ao atribuir a eles “qualidades distintas daqueles que compõe a trama de cidades expandidas e periferias” (Corrêa, 2021).

A estipulação de um valor real pelo metro quadrado da área militar em comparação com o restante da cidade é complexa, na medida em que são bens patrimoniais da União e a “taxa de uso” paga pelos seus efetivos é de baixo valor, “considerando-se o “aluguel” de uma

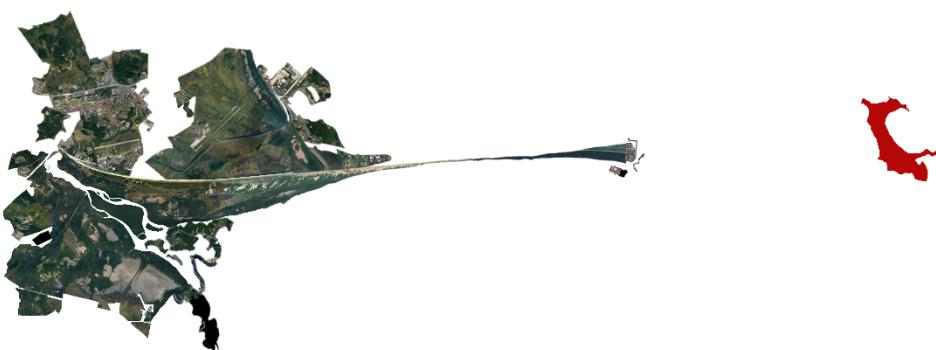
¹⁰ Base geográfica das edificações da cidade, restituídas segundo imagens de 2013. Instituto Pereira Passos, PCRJ. Disponível em <https://www.data.rio/datasets/124f1607b57d4292af5c0dfc2ff8572c_0/explore>. Acessado em 25 Jul 2025



moradia que, no geral, é bem localizada na malha urbana e, em especial, bem conservada e mantida" (Bonates, Valença, 2010).

Sendo assim, para que se pudesse fazer um levantamento do valor desses espaços e, simultaneamente, realizar um mapeamento crítico que revelasse o impacto urbano e paisagístico da presença militar na cidade, criou-se uma ilha hipotética composta por todas as áreas ocupadas e sob influência das Forças Armadas do Rio de Janeiro, uma Super Ilha Militar.

Figura 11 – Diagrama “Super Ilha Militar” – Composição de uma ilha fictícia que une todas as áreas militares da cidade do Rio de Janeiro e comparação da sua dimensão com a Ilha do Fundão (em vermelho)



Fonte: Produção dos autores

A dimensão dessa ilha seria de, aproximadamente, 11.543 hectares, um pouco menor do que a Ilha Grande, do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que possui 19.300 hectares. Sua população teria em torno de 81.636 habitantes e a sua densidade demográfica estaria em torno de 707,29 hab./km², expressivamente menor do que a densidade demográfica do município do Rio de Janeiro (5.174,60 hab./km²)¹¹. Em termos de infraestrutura, a Super Ilha Militar contaria com três bases aéreas, mais de cinco hospitais, além de diversas escolas, complexos residenciais uni e multifamiliares, centros esportivos e clubes de lazer voltados para a sua população.

Por fazerem parte da história da cidade e terem acompanhando o seu desenvolvimento, desde o seu princípio, as áreas militares cariocas acumulam diversos estratos de processos humanos e naturais e podem ser lidas como Palimpsestos¹². Assim, as paisagens da Super Ilha Militar seriam compostas por diversas camadas de alto valor ambiental, histórico e sociocultural.

Sua cobertura vegetal natural teria em torno de 10.182 hectares, o que configura uma área maior do que o maciço da Tijuca (9200 hectares). Sua paisagem natural seria composta por florestas tropicais, restingas, mangues e praias. No total, a ilha teria sete reservas ambientais,

¹¹ Dado disponibilizado pelo Censo 2022: População e Domicílios. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/rio-de-janeiro.html> Acesso em: 01 set. 2025

¹² Andres Corboz (1983), faz uma leitura do território como o resultado de diversos processos, naturais e humanos, e o compara com um Palimpsesto, em que camadas mais antigas são “raspadas”, recicladas, para a sobreposição de novas. Para ele, a paisagem é fruto de uma grande e lenta estratificação que é preciso conhecer para que se possa modificar (CORBÓZ, 1983)



entre parques municipais, reservas biológicas, Áreas de Proteção (APA), zonas de amortecimento e Áreas de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU).

Sob o aspecto histórico/patrimonial e sociocultural, a paisagem da ilha seria composta por locais e construções de alta relevância, contendo cinco fortalezas, vestígios de sambaquis e de povos tradicionais, a Ilha Fiscal (local do último baile imperial, antes da proclamação da República), a Ilha de Villegagnon (local em que se tentou estabelecer a França Antártica, em 1555), um museu Aeroespacial, um Hangar para Zepelim e o local da Fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta análise preliminar, observa-se que as áreas militares do município do Rio de Janeiro configuram-se, hoje, como verdadeiras ilhas fortificadas na malha e na paisagem urbana carioca.

Esses espaços apresentam características urbanísticas e de gestão espacial que os distanciam do restante da cidade formal: baixa densidade demográfica, ampla cobertura vegetal preservada, baixos índices de área construída. Tais traços, quando confrontados com os dados urbanos dos seus entornos, revelam contrastes marcantes, resultantes da ocupação e da lógica institucional militar, ao longo dos anos.

Além do contraste, a análise permite concluir que esses espaços detêm valores urbanos e paisagísticos estratégicos. Características da forma de ocupação urbana militar, tais como acesso restrito, preservação patrimonial e ambiental, investimentos na qualidade de vida dos seus membros e na eficiência do funcionamento das suas unidades e planejamento urbano desassociado de pressões externas, geram uma valorização desses espaços e das suas paisagens de diferentes perspectivas.

Do ponto de vista do mercado imobiliário, segundo Corrêa (2021), essas áreas podem ser lidas como reservas de solo urbano e são atraentes pelos seus potenciais construtivos e pela possibilidade de gerar benefícios financeiros com a implantação de novos empreendimentos. Já sob a ótica ambiental, esses espaços apresentam importante papel de conservação, funcionando como áreas de respiro urbano, com ecossistemas preservados e raros dentro do tecido densamente urbanizado. Isso lhes configura um valor que, no contexto de crise climática atual, se torna imensurável.

O protagonismo militar tem tomado diferentes facetas ao longo dos anos. No cenário contemporâneo, a função defensiva original das áreas militares - que justificava sua exclusividade e magnitude, perde parte de sua urgência, e as extensivas "ilhas" de defesa do Rio de Janeiro já não têm a mesma relevância para a segurança nacional, como nos séculos passados.

Em vista disso, conclui-se que há necessidade de trazer para o debate público uma revisão e reivindicação das áreas militares cariocas, buscando, assim, permitir diferentes leituras e interpretação das diversas camadas de paisagem que compõem estes espaços de alto valor



Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes

Technical and Scientific Journal Green Cities

ISSN 2317-8604 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 46, 2025

urbanístico, ambiental e paisagístico - para além da função militar; refletir criticamente sobre o papel que desempenham, ou podem desempenhar, na construção da cidade contemporânea, de modo que os seus potenciais sejam usufruídos de forma consciente.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABASCAL, Eunice. Cidades quadradas, paraísos circulares: a história aliada do presente. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 07, n. 081.04, Vitruvius, set. 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.081/3059>. Acesso em: 01 set. 2025

BRASIL. Ministério da Defesa. **Defesa e meio ambiente**: preparo com sustentabilidade. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/asplan/defesa-meio-ambiente.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BONATES, Mariana Fialho. Vila Militar do Rio de Janeiro: genealogia de uma produção pública de moradias? In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 16., 2016, São Carlos. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2016. p. 157-165. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/17.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025

BONATES, Mariana Fialho; VALENÇA, Márcio Moraes. Vilas militares no Brasil. Gestão, política de locação e desenvolvimento urbano. **Arquitectos**, São Paulo, ano 11, n. 125.09, Vitruvius, out. 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/11.125/3570>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BOTELHO, Ana Carolina Baker. **Os fortes como esquinas da cidade: o uso público no Forte Duque de Caxias, Leme, Rio de Janeiro**. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro, 2016.

CATTOOR, Bieke; PERKINS, Chris. Re-cartographies of landscape: new narratives in architectural atlases. **The Cartographic Journal**, Londres, v. 51, n. 2, p. 166–178, Maio 2014.

CORBOZ, André. The land as palimpsest. **Diogenes**, v. 31, n. 121, p. 12–34, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/039219218303112102>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CORNER, James. Representation and Landscape: Drawing and Making in the Landscape Medium (1992). **Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry**, 1992, v. 8, n. 3, p. 243-275. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02666286.1992.10435840>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CORRÊA MARTINS, Francisco José. “Conquistar e manter”?: a cartografia da presença do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro nos últimos cinquenta anos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. **Anais [...]**. Paraty: [sem editora], 2011.

CORREA, Juliana Sicuro. Enclaves institucionais como potenciais espaços públicos: o arquipélago na cidade. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 31, n. 3, p. 53-66, dez. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-79132021000300053&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2025.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Forte Duque de Caxias. **Reflorestamento**. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 07 mai. 2025 Disponível em: <https://www.cep.eb.mil.br/preservar/reflorestamento?csrt=532071143302170826> . Acesso em: 01 set. 2025.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona v. 10, n. 218, 01 ago. 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-27.htm> . Acesso em: 18 jun. 2025.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. In: GOULD, Peter; BAILLY, Antoine. Le pouvoir des cartes et la cartographie. **Anthropos**, Paris, 1995. p. 19-51. Tradução de Mônica Balestrin Nunes. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.5724>. Acesso em: 15 ago. 2025

LISSOVSKY, Mauricio; AGUIAR, Ana Lígia Leite e. The Brazilian dictatorship and the battle of images. **Memory Studies**, v. 8, n. 1, p. 22-37, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1750698014552404>. Acesso em: 02 set. 2025.



Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes
Technical and Scientific Journal Green Cities

ISSN 2317-8604 Suporte Online / Online Support

Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 46, 2025

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura. **Análise qualitativa das densidades construídas em regiões da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7720635/4211818/3.1.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025

YAMAMOTO, Thais. Gestão do Patrimônio dos Imóveis militares: uma contribuição sobre a literatura pertinente. **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, 2020. DOI: 10.22480/revunifa.2020.33.222. Disponível em:
<https://revistadaunifa.fab.mil.br/index.php/reunifa/article/view/222>. Acesso em: 6 set. 2025.



DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

- **Concepção e Design do Estudo:** Isabela Reis Paredes, Claudia de Freitas Escarlate e Pedro Henrique Évora Amaral
 - **Curadoria de Dados:** Isabela Reis Paredes, Claudia de Freitas Escarlate e Pedro Henrique Évora Amaral
 - **Análise Formal:** Isabela Reis Paredes
 - **Aquisição de Financiamento:** Não se aplica
 - **Investigações:** Isabela Reis Paredes
 - **Metodologia:** Isabela Reis Paredes
 - **Redação - Rascunho Inicial:** Isabela Reis Paredes
 - **Redação - Revisão Crítica:** Isabela Reis Paredes, Claudia de Freitas Escarlate e Pedro Henrique Évora Amaral
 - **Revisão e Edição Final:** Isabela Reis Paredes, Claudia de Freitas Escarlate e Pedro Henrique Évora Amaral
 - **Supervisão:** Claudia de Freitas Escarlate e Pedro Henrique Évora Amaral
-

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, **Isabela Reis Paredes, Claudia de Freitas Escarlate e Pedro Henrique Évora Amaral**, declaramos que o manuscrito intitulado "**Ilhas Militares – uma análise cartográfica sobre as áreas militares da cidade do Rio de Janeiro**":

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. Nenhuma instituição ou entidade financiadora esteve envolvida no desenvolvimento deste estudo.
2. **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados. Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
3. **Conflitos Pessoais:** Não possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado.